

REVISTA
BATISTA
PIONEIRA

Bíblia ▪ *Teologia* ▪ *Prática*

Volume 13
Número 2
Dezembro 2024

A CONCEPÇÃO DO REINO DE DEUS EM OBADIAS

Obadiah's conception of the Kingdom of God

Me. Alex Esteves da Rocha Sousa¹

Dr. Claiton André Kunz²

RESUMO

A exegese do Livro de Obadias contribui para o entendimento da perspectiva profética sobre o Reino de Deus, em virtude de sua afirmação de que “o reino será do SENHOR”, logo após a predição objetiva de que o território israelita será expandido. Aplicando-se o método histórico-gramatical, associado ao exame indutivo do texto e ao enfoque de Alva J. McClain acerca do Reino de Deus, é possível correlacionar a esperança escatológica de Obadias com a mensagem total das Escrituras.

Palavras-chave: Obadias. Reino de Deus. Interpretação literal.

ABSTRACT

The exegesis of the Book of Obadiah contributes to the understanding of the prophetic perspective on the Kingdom of God, due to its statement that “the kingdom will be the LORD’s”, right after the objective prediction that the Israelite territory will be expanded. Applying the historical-grammatical method, associated with the inductive examination of the text and Alva J. McClain’s approach to the Kingdom of God, it is possible to correlate Obadiah’s eschatological hope with the total message of the Scriptures.

Keywords: Obadiah. Kingdom of God. Literal interpretation.

¹ Bacharel em Direito. Mestrando em Teologia Ministerial pela Carolina University. Pastor-Evangelista da Assembleia de Deus em Salvador-BA. Autor dos livros *O Reino que Não Será Destruído: Estudos Elementares no Livro do Profeta Daniel*, e *O Templo de Deus no Tempo dos Homens: Compreensão, Conduta e Comunhão na Igreja e no Reino de Deus* (Campinas: Bernhard Johnson, 2022). Coautor do livro *Doutrina de Deus – O Deus da Bíblia Sagrada: Único, Vivo, Verdadeiro e Revelado*, publicado pela EETAD. E-mail: sousaa@carolinau.edu.

² Bacharel em Teologia e Filosofia. Mestre em Novo Testamento, Mestre e Doutor em Teologia (Bíblia). Pós-doutorado em Teologia. Professor e diretor da Faculdade Batista Pioneira, Professor do Mestrado Profissional em Teologia da FABAPAR, Professor Assistente do Mestrado em Ministérios da Carolina University (EUA) e Professor Titular do Mestrado em Estudos Teológicos do Southwestern Baptist Theological Seminary (EUA). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9550-4627>. E-mail: claiton@batistapioneira.edu.br.

INTRODUÇÃO

O Livro de Obadias, um dos Doze Profetas Menores, pertence à tradição do profetismo israelita, encartando-se entre as páginas do Antigo Testamento. O texto constitui um repto inapelável em face da nação de Edom, com ampliação do discurso condenatório para alcançar as nações e uma promessa de restauração para Israel.

Obadias é conhecido por sua ênfase na condenação dos edomitas, em virtude da seção que preenche os versículos 1 a 14, mas os versículos 15 a 21, que abordam o “dia do SENHOR”, veiculam mensagem de escopo mais amplo, que diz respeito a “todas as nações” (v. 15-16). Nessa porção do texto, revestida de linguagem escatológica, há anúncio de “livramento” no “monte Sião”, que “será santo” (v. 17); promessa de posse da terra pela “casa de Jacó” (v. 17); aviso de julgamento da “casa de Esaú” com intervenção da “casa de Jacó” e da “casa de José” (v. 18); menção a localizações geográficas que passariam a ser possessão dos israelitas (v. 19, 20); registro de que haverá “salvadores no monte Sião, para julgarem a montanha de Esaú” (v. 21); e promessa de que “o reino será do SENHOR” (v. 21).

Chama a atenção a profecia quanto ao Reino futuro de Deus, que, surgindo no epílogo do Livro, remete a tema de elevada importância nas Escrituras, correspondente à doutrina do Reino – e, por se tratar de Reino que “será do SENHOR”, trata-se de texto referencial no que concerne às discussões sobre o conceito de Reino de Deus; os aspectos nos quais o Reino se manifesta; as diferentes perspectivas teológicas (a exemplo da teologia dos pactos e do dispensacionalismo); e, ainda, a eventual distinção (e correlação bíblica) entre um Reino Eterno e um Reino Teocrático. A isto se agrega o fato de que as muitas alusões de Obadias ao território de Israel se operam na seção do Livro dedicada ao tema do dia do SENHOR, o que deve ser observado pelo intérprete, porque o tempo de cumprimento migra para a consumação dos séculos. Nessa mesma parte há menção aos “filisteus” e à “casa de Esaú” (edomitas).

Como o profeta Obadias relaciona uma garantia de Reino divino futuro à conquista de terra por Israel, há de se recordar necessariamente da ótica dispensacionista, que, longe de ser apenas um esquema de interpretação apocalíptico-escatológica, consiste num sistema hermenêutico relevante à Teologia Bíblica, à Teologia Exegética e à Teologia Sistemática, notadamente por seu profundo estudo do Reino de Deus, dos desígnios para Israel e das manifestações divinas no curso da história, com vistas ao implemento da salvação prometida. Bem por isso, far-se-á remissão ao pensamento de McClain, de acordo com sua obra *A Grandeza do Reino*.³

Em seu tratamento sobre o que nomina como “grandeza do Reino”, McClain critica o que considera o “perigo da simplificação excessiva”, bem como a escassez do tratamento do conceito de Reino em obras de teologia sistemática.⁴ Para o autor, não se deve escolher uma passagem ou um grupo de passagens disputadas para estabelecer uma abordagem sobre assunto tão amplo como o da grandeza do Reino, cujo estudo deve ser pautado por um exame indutivo do material bíblico.⁵ Em sintonia com esse entendimento, este artigo debruça-se sobre o Livro de Obadias, em reconhecimento ao primado da Escritura nos estudos teológicos.

1. MÉTODO HISTÓRICO-GRAMATICAL

Tendo como suporte o emprego do método histórico-gramatical de interpretação, cabe reconhecer a possibilidade hermenêutica de que a profecia de Obadias, em seus vv. 15 a 21, esteja relacionada a eventos escatológicos. Para esse mister, mostra-se imperioso esclarecer, tanto quanto

³ MCCLAIN, Alva J. *A Grandeza do Reino: Um Estudo Indutivo do Reino de Deus*. Organizado por Valney Veras. Traduzido por Eros Pasquini Jr., Enrico Pasquini. São Paulo: Batista Regular do Brasil, 2022, 762p.

⁴ MCCLAIN, 2022, p. 30, 31.

⁵ MCCLAIN, 2022, p. 50.

possível, em que medida os nomes de lugares em Obadias podem ser tomados como literais. Somente o exaurimento das hipóteses de interpretação literal permitiria a cogitação de possível interpretação simbólica.

É verdade que diferentes sistemas hermenêuticos se posicionam como defensores da interpretação literal, que se irmana com os valores da Reforma Protestante. De fato, a teologia do pacto ou teologia da aliança é sustentada por teólogos conservadores que laboram sobre o texto em seu contexto literal e histórico. No entanto, mesmo a adoção de tão elevado método pode eventualmente conviver com opções exegéticas que atribuem a termos e expressões um significado simbólico ou ideal antes de exaurir o campo semântico no interior de balizas mais concretas.

Opta-se, neste trabalho, por conferir ao dispensacionalismo a possibilidade de apresentar sua ótica de aplicabilidade do método de interpretação literal. Confira-se, nesse sentido, o posicionamento de Ryrice:

Os dispensacionalistas alegam que o seu princípio da hermenêutica é o da interpretação literal. Isso implica uma interpretação que dá a cada palavra o mesmo significado que teria em condições normais de uso, tanto na escrita, na fala ou no pensamento. Às vezes, esse princípio é chamado de princípio de interpretação histórico-gramatical, uma vez que entende que o significado de cada palavra é determinado por fatores gramaticais e históricos. Esse princípio também pode ser chamado de interpretação *normal*, pois, em todos os idiomas, o sentido literal das palavras é a abordagem normal usada para o seu entendimento. Também pode ser designado como interpretação simples para que ninguém tenha noção equivocada de que o princípio literal exclui figuras de linguagem. Símbolos, figuras de linguagem e tipos são todos levados claramente em conta no presente método, e eles não contrariam a interpretação literal. Afinal de contas, a simples existência de qualquer significado de uma figura de linguagem depende do sentido literal dos termos envolvidos. As figuras muitas vezes tornam o significado mais claro, mas é o sentido literal, normal ou simples, que elas tentam transmitir ao leitor.⁶

Há de se observar, por oportuno, que, independentemente do sistema hermenêutico adotado para compreensão das alianças firmadas por Deus, é de todo recomendável que o leitor da Bíblia Sagrada esteja atento ao significado comum e normal das palavras, o qual, frise-se, pode envolver os sentidos denotativo (literal) e conotativo (figurado). Contudo, não será legitimada a interpretação que transpuser a literalidade do texto sem um motivo hermenêuticamente justificado.

2. INTERPRETAÇÃO DE OBADIAS 1-14

Conquanto o foco deste artigo seja o entendimento da seção posterior de Obadias, mostra-se indispensável examinar a primeira seção, que compreende os vv. 15 a 21. A análise do contexto literário, reconhecidamente relevante, é ainda mais decisiva quanto à obra em comento, dados os limites mais estreitos do conteúdo. Confira-se o trecho citado, conforme a versão de Almeida, Revista e Corrigida:

¹ Visão de Obadias: Assim diz o Senhor Jeová a respeito de Edom: Temos ouvido a pregação do Senhor, e foi enviado às nações um embaixador, dizendo: Levantai-vos, e levantemo-nos contra ela para a guerra.² Eis que te fiz pequeno entre as nações; tu és mui desprezado.³ A soberba do teu coração te enganou, *como* o que habita nas fendas das rochas, *na* sua alta morada, que diz no seu coração: Quem me derribará em terra?⁴ Se te elevares como água e puseres o teu ninho entre as estrelas, dali te derribarei, diz o Senhor.

⁵ Se viessem a ti ladrões ou roubadores de noite (como estás destruído!), não furtariam o que lhes bastasse? Se a ti viessem os vindimadores, não deixariam alguns cachos?⁶ Como foram buscados os bens de Esaú! Como foram esquadrihados os seus esconderijos!⁷ Todos os teus confederados te levaram para fora dos teus limites; os que gozam da tua paz te enganaram, prevaleceram contra ti; *os que comem* o teu pão puseram debaixo de ti uma armadilha; não há em Edom entendimento.⁸ E não acontecerá, naquele dia, diz o Senhor, que farei perecer os sábios de Edom e o entendimento na montanha de Esaú?⁹ E os teus

⁶ RYRIE, Charles Caldwell. **Dispensacionalismo**. Tradução de Simone Granconato. São Paulo: Batista Regular do Brasil, 2020, p. 126, 127.

valentes, ó Temã, estarão atemorizados, para que da montanha de Esaú seja cada um exterminado pela matança.¹⁰ Por causa da violência feita a teu irmão Jacó, cobrir-te-á a confusão, e *serás* exterminado para sempre.¹¹ No dia em que estiveste em frente dele, no dia em que os forasteiros levavam cativo o seu exército, e os estranhos entravam pelas suas portas, e lançavam sortes sobre Jerusalém, tu mesmo eras um deles.¹² Mas tu não devias olhar para o dia de teu irmão, no dia do seu desterro; nem alegrar-te sobre os filhos de Judá, no dia da sua ruína; nem alargar a tua boca, no dia da angústia;¹³ nem entrar pela porta do meu povo, no dia da sua calamidade; sim, tu não devias olhar, *satisfeito*, para o seu mal, no dia da sua calamidade; nem estender *as tuas mãos* contra o seu exército, no dia da sua calamidade;¹⁴ nem parar nas encruzilhadas, para exterminares os que escapassem, nem entregar os que lhe restassem, no dia da angústia.⁷

Com apoio nos conceitos carreados por Ryken⁸ acerca de diferentes formas literárias encontradas na Bíblia, pode-se afirmar que Obadias constitui um texto profético vertido em linguagem poética que contém aspectos de oráculo de julgamento, oráculo de bênção e oráculo de redenção. Assim, Obadias pode ser entendido como uma síntese da profecia bíblica, que percorre os caminhos da condenação e da salvação, da justiça e do amor, da denúncia do pecado e do anúncio de restauração.

O termo “visão” (*hāzôn*) possui aqui o sentido de “revelação”, “palavra reveladora”⁹ (cf. Is 1.1; Na 1.1), e em outros locais se reveste de significado mais específico (cf. Is 29.7; Ez 12.27; Dn 1.17; 8.1). Alguns Livros proféticos iniciam-se com o mensageiro afirmando que “viu” ou recebeu “visões”, ainda que o vocábulo empregado não seja necessariamente o mesmo (cf. Ezequiel, Amós, Miqueias e Habacuque). Sobre o papel da visão no ministério profético, Robinson¹⁰ lembra oportunamente do texto de Números 12.6, de maneira que a visão proveniente de Deus demarcaria a distinção entre o verdadeiro e o falso profeta. Em 1 Samuel 3.1, lê-se que no tempo do sumo sacerdote Eli “não havia visão manifesta”. Ao afirmar que sua mensagem procede de uma visão, o homem de Deus mostra-se consciente do caráter espiritual, infalível e autoritativo do pronunciamento.

O autor não é mencionado em outras passagens bíblicas, e, embora seu nome signifique “servo do SENHOR”, não é recomendável supor que se trate simplesmente de uma perífrase, como se o profeta assim se apresentasse, porque existem vários personagens bíblicos com esse nome (cf. 1 Rs 18.3-16; 1 Cr 3.21; 7.3; 8.38; 9.16; 12.9; 27.19; 2 Cr 17.7; 34.12; Ed 8.9; Ne 10.5; 12.25).

Alguns aspectos do Livro de Obadias devem ser aqui sumariados: os edomitas ufanavam-se de sua posição geográfica privilegiada, porque podiam habitar em rochas de difícil acesso, que formavam fortalezas naturais – sua exagerada confiança, porém, é confrontada por Deus, para Quem não adiantaria que Edom fugisse com asas de águia ou se recolhesse nas estrelas; os edomitas eram afamados por sua sabedoria; os esconderijos de Edom não seriam capazes de oferecer proteção nem fuga; a violência contra Israel (ou Judá) manifestara-se por meio de atitudes variadas, desde a omissão contente até à ação arrasadora, em aliança com os inimigos do povo de Deus; a sentença proferida por Deus, na lavra de Obadias, prediz destruição total e irrecorrível.

O pecado de Edom é descrito como orgulho, soberba e arrogância que se associam à falta de misericórdia para com os seus irmãos, sendo eles igualmente descendentes de Abraão e Isaque. As palavras do profeta buscam descrever com clareza o fundamento da destruição futura que se abateria contra os inimigos do povo eleito.

Data e ocasião da escrita são tópicos de maior dificuldade em Obadias, pois, enquanto há quem considere a Queda de Jerusalém, em 586 a.C., como episódio referido, há opiniões que apresentam outras hipóteses dignas de consideração, tendo em conta o amplo histórico de hostilidades havidas

⁷ **BÍBLIA SAGRADA – HARPA CRISTÃ.** Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil; Rio de Janeiro: CPAD, 2009, p. 1203, 1204.

⁸ RYKEN, Leland. **Formas Literárias da Bíblia.** Tradução de Sandra Salum Marra. São Paulo: Cultura Cristã, 2017, 192p., p. 27, 141, 142, 157, 158, 162-164.

⁹ BAKER, David Weston et al. **Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque e Sofonias: Introdução e Comentário.** Tradução de Robinson Malkomes e Márcio Loureiro Redondo. Série Cultura Bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2001, V. 23, p. 35.

¹⁰ DAVIDSON, F. (ed.). **O Novo Comentário da Bíblia.** São Paulo: Edições Vida Nova, 1963, V. II, p. 867.

entre Israel e Edom.

Uma síntese da rivalidade entre edomitas e israelitas precisa incluir os seguintes momentos: vedação à passagem de Israel pelo território de Edom, na ocasião em que Moisés pretendia conduzir o povo pelo “caminho do rei”, que atravessava Edom até o norte, partindo de Eziom-Geber; (cf. Nm 20.14-21; Dt 2.1-18; Jz 11.17,18; veja-se, ainda, Nm 24.18); a guerra empreendida no reinado de Saul (cf. 1 Sm 14.47); a conquista do território durante o reinado de Davi (cf. 2 Sm 8.13,14; 1 Rs 11.15,16); a exploração a que os edomitas foram submetidos por parte de Salomão (cf. 1 Rs 9.26-28; 11.14-22).

Ademais, Edom pode ter-se alegrado em diversos episódios de vulnerabilidade israelita: a invasão de Judá por Sisaque, rei do Egito, no tempo de Roboão (cf. 1 Rs 14.25,26); a investida dos filisteus e arábios, no período de Jeorão (cf. 2 Cr 21.16,17; Am 1.6); a ação de Jeoás, de Israel, na época do rei Amazias, ocasião em que houve saque e tomada de reféns (cf. 2 Rs 14.13,14); a invasão por Senaqueribe, rei da Assíria, no reinado de Ezequias (cf. 2Rs 18.3); o cerco e posterior queda de Jerusalém pela ação dos babilônios, entre 597 e 586 a.C. (cf. 2Rs 24; 25).

Os edomitas invadiram Judá em épocas distintas: no Séc. IX, durante o reinado de Josafá (cf. 2 Cr 20.1,2), aliaram-se a moabitas e amonitas, houve uma dessas investidas, e no tempo do rei Jeorão, no mesmo século, houve uma rebelião (cf. 2 Rs 8.20-22; 2 Cr 21.8-10); no Séc. VIII, sob Amazias, os judeus reconquistaram Edom (cf. 2 Rs 14.7; 2 Cr 25.11,12), mas, durante o reinado de Acáz, os edomitas atacaram Judá e levaram prisioneiros (cf. 2 Cr 28.17).

Sobre a controvérsia relacionada à datação, podem ser citadas as fontes seguintes:

(1) a Bíblia de Estudo Pentecostal¹¹, Archer Jr.¹² e Kaiser Jr.¹³. atribuem ao Livro uma data decorrente das circunstâncias do período de Jeorão (849-841 a.C.);

(2) a Bíblia de Jerusalém¹⁴, dando como certo que o “dia” citado em Ob 11 seria o da invasão dos caldeus ou o do incêndio do Templo, posiciona-se por uma data associada a 586 a.C., opinião apoiada por Robinson¹⁵;

(3) o Manual Bíblico de Halley¹⁶, depois de citar diferentes ocasiões em que Jerusalém foi saqueada, anota que “a profecia é geralmente fixada no reinado de Zedequias, quando Jerusalém foi incendiada pelos babilônios (586 a.C.)”;

(4) Ryrie¹⁷, por sua vez, prefere indicar duas possibilidades, a do período do rei Jeorão e a do tempo do rei Zedequias.

As semelhanças entre Obadias 1-8 e Jeremias 49.7-22 explicam-se teologicamente a partir de hipóteses que incluem a anterioridade de um ou de outro, ou o empréstimo que ambos podem ter feito a uma obra mais antiga. A condenação dos edomitas visita com regularidade os textos proféticos (cf. Is 34.1-17; 63.1-6; Jr 9.23-26; 49.7-22; Ez 25.12-14; 35.1-15; Jl 3.17; Am 1.11, 12; Ml 1.2-5). O texto de Lamentações 4.21,22 deve ser mencionado por causa da descrição de cenas que lembram a narração em Obadias. Semelhantemente, é de grande valor ao intérprete pensar nos textos de Salmo 137.7 e Joel 3.3-6.

Os edomitas descendem de Esaú, filho de Isaque e irmão de Jacó (cf. Gn 25-36; Dt 23.7; Rm 9.13; Hb 12.16). A dinastia herodiana era de origem edomita (cf. Mt 2; Lc 13.31; Lc 23.8; At 12.21).

¹¹ STAMPS, Donald (Editor-Geral). **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995, p. 1309.

¹² ARCHER, Jr., Gleason L. **Merce Confiança o Antigo Testamento?** Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 227-229.

¹³ KAISER, Jr., Walter C. **Teologia do Antigo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 49.

¹⁴ **BÍBLIA DE JERUSALÉM**. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1629.

¹⁵ DAVIDSON, F. (ed.), 1963, p. 867.

¹⁶ HALLEY, Henry Hampton. **Manual Bíblico de Halley: Nova Versão Internacional**; tradução: Gordon Chown. São Paulo: Vida Acadêmica, 2002, p. 367.

¹⁷ **A BÍBLIA ANOTADA**. Com Introdução, Esboço, Referências Laterais e Notas por Charles Caldwell Ryrie. Tradução de Carlos Oswaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Mundo Cristão, 1994, p. 1123.

O monte Seir, presente em Obadias, é uma alusão a Edom, cujo ancestral Esaú habitou o lugar (cf. Gn 36.8). Desse modo, o registro “monte Seir” pode ser tomado como outra forma de aludir a Edom, que estava situada ao sul do mar Morto, constituindo principalmente a região montanhosa a leste da Arábia – esta é a depressão entre o mar Morto e o Golfo de Ácaba. A região de Temã localizava-se ao sul de Edom, sendo também esse nome utilizado esse nome para significar Edom. Duas cidades importantes eram Bozra e Sela (Petra).¹⁸

A importância do estudo de Obadias é atestada por Robinson¹⁹:

Esaú e Edom ocupam um lugar de profunda significação na revelação divina da verdade. Essa significação é focalizada agudamente nesta breve profecia de Obadias. “O pano de fundo do quadro que nos é exposto por Obadias é Jacó; o primeiro plano é Esaú. Jacó e os que dele descenderam são vistos a passar pelos sofrimentos, da natureza de castigo, mas daí seguem para a restauração final. Esaú é contemplado como um orgulhoso, um rebelde, um desafiador, encaminhando-se para a destruição final” (G. C. Morgan). Podemos nos regozijar que, no dia do Senhor, “o reino será do Senhor” (Ob 1.21), mas não devemos deixar de acatar o exemplo de Esaú, pois, afinal de contas, “Não foi Esaú irmão de Jacó?” (Ml 1.2). Em o Novo Testamento, o escritor do livro de Hebreus nos exorta a “Tendo cuidado de que ninguém se prive da graça de Deus, e de que nenhuma raiz de amargura, brotando, vos perturbe, e por ela muitos se contaminem... profano, como Esaú... Porque bem sabeis que, querendo ele ainda depois herdar a bênção, foi rejeitado, porque não achou lugar do arrependimento...” (Hb 12.15 e segs.).

A relação entre Esaú e Jacó ou Edom e Israel/Judá deve ser compreendida no contexto da mensagem total das Escrituras no que toca ao Plano de Salvação: desde Gn 3.15, Deus anunciou que haveria “inimizade” entre a semente da mulher e a semente da serpente, o que deve ser entendido, não como profecia sobre raças na acepção biológica, mas como prenúncio do conflito cósmico e histórico entre as forças espirituais do bem e do mal; entre os filhos de Deus e os filhos do diabo.

3. INTERPRETAÇÃO DE OBADIAS 15-21

O conhecimento dos pontos principais de Obadias 1-14 permite que se passe ao exame de Obadias 15-21 sem que se imponha ao texto um hiato artificialmente engendrado. Há de se ter em mira que a interpretação da seção posterior de Obadias depende do entendimento da primeira, não somente em razão da regra áurea de que o contexto deve ser respeitado, mas também porque o profeta estabelece Esaú/Edom como representante de todos os que serão condenados na consumação dos séculos. Confira-se, neste passo, o texto de Obadias 15-21:

¹⁵ Porque o dia do Senhor está perto, sobre todas as nações; como tu fizeste, assim se fará contigo; a tua maldade cairá sobre a tua cabeça.¹⁶ Porque, como vós bebestes no monte da minha santidade, assim beberão de contínuo todas as nações; beberão, e engolirão, e serão como se nunca tivessem sido.¹⁷ Mas, no monte Sião, haverá livramento; e ele será santo; e os da casa de Jacó possuirão as suas herdades.¹⁸ E a casa de Jacó será fogo; e a casa de José, chama; e a casa de Esaú, palha; e se acenderão contra eles e os consumirão; e ninguém mais restará da casa de Esaú, porque o Senhor o disse.¹⁹ E os do Sul possuirão a montanha de Esaú; e os das planícies, os filisteus; possuirão também os campos de Efraim e os campos de Samaria; e Benjamim, Gileade.²⁰ E os cativos desse exército dos filhos de Israel, que estão entre os cananeus, possuirão até Zarefate; e os cativos de Jerusalém, que estão em Sefarade, possuirão as cidades do Sul.²¹ E levantar-se-ão salvadores no monte Sião, para julgarem a montanha de Esaú; e o reino será do Senhor.

A menção ao “dia do SENHOR” (v. 15) evoca um conceito fundamental da profecia bíblica, significando um conjunto de eventos associados simultaneamente a julgamento dos ímpios e salvação para o povo de Deus (cf. Jl 1.15; 2.1,2, 11, 31; 3.14; Am 5.18, 20; Ob 15; Sf 1.7-18; 2.1-3; Zc 14.1; Ml 4.5). Expressões semelhantes: “no dia”, “naquele dia” e “aquele dia” (cf. Os 1.5; 2.16, 18, 21; Jl 3.18; Sf 3.8, 11, 16; Ag 2.23; Zc 12.4, 6, 8, 11, 13.1; 14.4, 6, 8, 13, 20; Ml 3.17; 4.1). Joel traz “naqueles

¹⁸ DAVIDSON, F. (ed.), 1963, p. 867.

¹⁹ DAVIDSON, F. (ed.), 1963, p. 868.

dias e naquele tempo” (cf. 3.1); Sofonias, “naquele tempo” (cf. 3.19, 20); e Habacuque, um “tempo determinado” (cf. 2.3). Há referências ao dia do SENHOR ou “grande Dia” em Isaías (cf. 2.12; 13.6) e em diversas passagens neotestamentárias (cf. At 2.20; 2 Co 1.14; 1 Ts 5.2; Jd 6; Ap 6.17). O Livro de Apocalipse dedica-se sobremaneira ao tópico do juízo divino (cf. 14.18-20; 16.12-16; 19.19-21; 20.7-9), cabendo ao intérprete ler suas profecias em correlação com as antigas profecias judaicas.

Esse “dia” de julgamento contra as nações contrasta-se com o “dia” em que Jerusalém foi alvo do ataque dos adversários (Ob 11-14; ver, ainda, Sl 137.7). A noção embutida na palavra “dia” está relacionada a alguma ventura, boa ou má: se, anteriormente, a tragédia se abateu sobre os filhos de Jacó, haveria um tempo em que o juízo divino assolaria aqueles que, sendo inimigos de Israel/Judá, são, na realidade, inimigos do SENHOR.

Recorrendo a um trocadilho com o verbo “beber” (v. 16), o profeta afirma que, como as nações beberam (alegraram-se, festejaram) “no monte da minha santidade” (uma referência a Jerusalém), essas mesmas nações beberiam novamente, sorvendo destruição cabal.

Em contrapartida ao destino das nações condenadas, haverá “livramento” determinado por Deus “no monte Sião” (v. 17), outra referência a Jerusalém. O monte será “santo” porque separado, protegido “contra a contaminação, e assim, contra assalto dos pagãos, tal como em Joel 3.17”.²⁰ E a “casa de Jacó” (Israel) possuirá “as suas herdades” – aqui o profeta começa a abordar o tema da posse territorial, que prosseguirá nos vv. 19 e 20.

Antes de preencher o quadro da reconquista territorial, o profeta anuncia que o julgamento contra as nações contará com a atuação de Israel (v. 18), o que resta claro pela citação, não somente da “casa de Jacó”, que poderia ser reduzida à tribo de Judá, mas da “casa de José”. Se Israel será “fogo” e “chama”, enquanto a “casa de Esaú” será “palha”, o incêndio decorrente não será outro resultado senão o aniquilamento dos descendentes de Esaú – note-se, porém, que a essa altura os filhos de Esaú já não existem, e que, neste caso específico, pode-se tomar a figura de Esaú (e de Edom) como arquétipo de todos aqueles que se levantam contra Deus, vivendo como se Ele não existisse.

Nos vv. 19 e 20, a interessante descrição da ocupação da Terra Prometida até fronteiras mais largas exige que o intérprete busque identificar a que regiões o profeta se refere:

- (1) os israelitas moradores do Sul (Neguebe) possuirão a montanha de Esaú/Edom;
- (2) os israelitas moradores das planícies possuirão a terra dos filisteus (Gaza, Gate, Asdode, Ecrom, Asquelom); e os campos de Efraim e os campos de Samaria;
- (3) os moradores de Benjamim possuirão Gileade;
- (4) os “cativos” do “exército dos filhos de Israel, que estão entre os cananeus”, *possuirão* até Zarefate, que pode ser Sarepta, pelas regiões de Tiro e Sidom;
- (5) já “os cativos de Jerusalém, que estão em Sefarade, possuirão as cidades do Sul”, sendo que Sefarade pode ser uma alusão a Sardes, na Ásia Menor²¹, ou à região da Espanha, conforme uma tradição rabínica, donde surgiu a designação da “comunhão sefárdica”.²² Entretanto, Archer Jr.²³ considera mais plausível a hipótese de que tal região seria um distrito conhecido como Shaparda, no sudoeste da Média, o qual, tendo sido mencionado numa inscrição de Sargão, rei da Assíria, pode estar associado à deportação que israelitas sofreram para a “cidade dos medos” (cf. 2 Rs 8.11).

No v. 21, tem-se a promessa de que se levantarão “salvadores no monte Sião, para julgarem a montanha de Esaú”, com o acréscimo triunfalmente esperançoso: “e o reino será do Senhor”. Não

²⁰ DAVIDSON, F. (ed.), 1963, p. 870.

²¹ A BÍBLIA ANOTADA, 1994, p. 1125.

²² ARCHER, Jr, Gleason L. 1984, p. 230.

²³ ARCHER, Jr, Gleason L. 1984, p. 230.

obstante algumas alternativas de tradução que veem “salvos”²⁴ ou “Os que foram resgatados”²⁵ em lugar de “salvadores”, a compreensão do texto não se afasta muito da ideia de que esses personagens terão papel de governo ou julgamento, o que decorre do próprio enunciado.

4. CORRELAÇÃO COM A DOUTRINA DO REINO

Em suas reflexões, McClain reconheceu que a configuração de Reino depende de existirem um rei, seus súditos e o exercício da função de governo, e que os conceitos bíblicos precisam ser entendidos como concretos, remetendo a “significados pertinentes a situações reais num mundo de realidades com as quais o homem comum possui certa familiaridade”.²⁶ Logo, os termos bíblicos alusivos ao Reino de Deus devem ser interpretados de modo a valorizar seus elementos constitutivos.

Nas Escrituras, o Reino de Deus apresenta-se como eterno ou histórico, universal ou local, imediato (direto) ou mediado, incondicional ou firmado por aliança com o homem. Essas diferenças são teologicamente explicadas de várias maneiras, como indicando haver dois aspectos ou fases de um mesmo Reino, ou entendendo haver dois Reinos distintos. O autor prefere a perspectiva de dois aspectos ou fases do mesmo Reino, que seria classificado como “universal” e “mediador”.²⁷

O Reino Universal de Deus vem explicitado por referências, por exemplo, de 1 Crônicas, Salmos, Jeremias, Lamentações, Daniel. Esse Reino Universal atua por meio de causas secundárias, o que se manifesta em situações como a de reis que, sem saber, atuam para cumprimento de propósitos divinos. Pode também ocorrer de operar-se mediante atos miraculosos. O Reino Universal não depende da atitude dos súditos. Ao ensinar os discípulos a pedirem “Venha o teu reino”, deve estar claro que Jesus não falava do Reino Universal, e a chave para a distinção está na expressão “assim na terra como no céu”. Quando houver-se cumprido o desígnio para o qual foi estabelecido, o Reino Mediador desaparecerá, fundindo-se com o Reino Universal.²⁸

O Reino Mediador faz-se representar por um membro da raça humana, que fala com Deus e age por Deus, ao mesmo tempo em que representa o povo diante d’Ele – esse Reino possui uma referência especial à raça humana, embora abranja todo o universo. Ao longo da obra citada, McClain trata de sua concretização (ainda imperfeita) no Antigo Testamento, sua forma futura prevista no próprio Antigo Testamento, seu caráter anunciado por Jesus nos Evangelhos, seu lugar em Atos, a forma como está configurado na época da Igreja, a forma visível a ser firmada no Milênio e sua fusão e identificação total com o Reino Eterno e Universal de Deus no futuro.²⁹

A tese central aponta uma conexão entre o Reino historicamente manifesto e o Reino futuro indicado nas profecias. O Reino Histórico foi estabelecido no Éden, mas Adão falhou como representante de Deus. O governo humano adveio por decreto divino, para distribuição da justiça, dado o pecado da humanidade, ao que se seguiu o julgamento em relação à torre de Babel. Depois, a ideia mediadora migra historicamente para a fase dos patriarcas.

O Reino Mediador evidencia-se mais formalmente em Moisés, tendo-se desenvolvido com a atuação dos líderes posteriores (Josué, os Juízes e Samuel). O estatuto e as leis do Reino foram dados no Monte Sinai, e seu estudo revela a natureza multifacetada do Reino Mediador na história, com implicações sociais, éticas, eclesiais, políticas e físicas que merecem atenção dos especialistas da atualidade e corroboram a corrente pré-milenista. Além disso, não se deve negligenciar o traço espiritual do Reino Histórico, comprovado pelo próprio Pentateuco.

²⁴ BÍBLIA DE JERUSALÉM, p. 1630.

²⁵ **BÍBLIA SAGRADA – NOVA VERSÃO TRANSFORMADORA**. São Paulo: Mundo Cristão, 2016, p. 1178.

²⁶ MCCLAIN, 2022, p. 50, 51.

²⁷ MCCLAIN, 2022, p. 54-56.

²⁸ MCCLAIN, 2022, p. 58-76.

²⁹ A partir deste momento, faz-se uma síntese do entendimento esposado por McClain em sua obra.

Saul, Davi e Salomão representaram o ápice do Reino Mediador na história. Diferentemente do que alguns podem supor, a monarquia não revogou o Reino Teocrático, que fora por Deus antecipado e d'Ele recebeu confirmação e controle. O problema com a instituição da monarquia não foi tanto o regime político, mas o desejo popular de ter sobre si um governo similar ao das outras nações, autocrático e centrado na perpetuação do poder temporal, o que ensejaria uma administração pública hipertrofiada, burocrática e opressora.

O declínio do Reino Mediador veterotestamentário contou com a divisão do Reino de Israel, mas também houve um remanescente em Judá, a ascensão de profetas em maior número e predições tanto de desastre como de um Reino futuro em que Deus governará por meio de um Rei justo, à semelhança de Moisés. O paulatino afastamento da glória de Deus sobre Israel, como apresentado por Ezequiel, aponta para o fim do Reino Mediador na história, mas o mesmo profeta anuncia o retorno da glória, o que se pode associar à promessa messiânica em Zacarias acerca do Monte das Oliveiras.

Dois fatores podem explicar a deterioração e aparente fracasso do Reino Histórico, a saber, a falta de preparo espiritual do povo e a imperfeição dos mediadores: tudo isso será resolvido com as promessas segundo as quais as leis de Deus serão escritas nos corações dos cidadãos do Reino, além de que o rei será perfeito. McClain cita o sucesso do estado judaico como algo inseparável do restabelecimento do Reino Mediador, o que será consolidado, não por força de expedientes políticos e militares, mas pela intervenção divina.

O autor trata, ainda, da natureza, interpretação e extensão da profecia do Reino. Quanto à natureza, tem-se que, mesmo em profecias preditivas, há o pano de fundo histórico, além de que ocorre às vezes o que se tem chamado de “dupla referência” ou feição “apotelesmática” da profecia (uma mesma passagem encontrando dois cumprimentos, um histórico e outro futuro).

Sobre a interpretação do Reino, McClain classifica os métodos em literal, eclético e crítico: defendendo o uso do método literal (histórico-gramatical), ele refuta a crítica de que os autores pré-milenistas teriam de enxergar tipos nas profecias da mesma forma que veem tipos nas histórias do Antigo Testamento, e seu argumento sustenta a interpretação literal tanto de profecias como de histórias – estas, em sua literalidade, podem conter tipos, os quais são proféticos em seu conteúdo, enquanto as profecias preditivas, vistas igualmente em sua literalidade, não se prestam a uma “interpretação típica” porque já prefiguram alguma coisa futura.

A seu turno, o método eclético (“espiritual” ou “espiritualizante”), atribuído a Orígenes (um platonista em sua filosofia), serviu de ferramenta importante para negar a doutrina do governo milenar e literal de Cristo na terra, e não deve ser assim nominado, seja porque o termo “espiritual” deveria designar algo mais elevado, seja porque ninguém consegue interpretar a Bíblia exclusivamente desse modo (a interpretação antimilenista é eclética, por associar os métodos literal e espiritualizante).

O método crítico rejeita a inspiração e infalibilidade da Bíblia, e, ao deparar com aquilo em que não crê, considera que o problema está na Escritura e nega o cumprimento da profecia, apesar de reconhecer o significado literal.

No que toca à extensão da profecia do Reino, que inclui as predições de humilhação e sofrimento do Messias, ela abrange o Pentateuco, a aparição do Reino Histórico, o relato do declínio do Reino histórico e o Livro de Malaquias. O Reino da profecia será literal, o que se prova por diversas características suas delineadas na Bíblia. Quanto ao futuro estabelecimento do Reino, os profetas o anunciaram com diferentes perspectivas temporais (mais próximo ou mais distante), o que se pode atribuir à distinção das dimensões humana e divina. Esse Reino será precedido por julgamentos divinos, mas sua chegada será repentina, sobrenatural e catastrófica.

O governante do Reino será humano e divino, com sofrimento e glória, manifestações separadas no tempo. A natureza do governo do Reino é monárquica, reunindo-se no governante as funções de

juiz, legislador e rei. A extensão e duração do Reino são declaradas como abrangendo toda a Terra e a eternidade. A natureza extensiva do Reino terá natureza espiritual e produzirá efeitos éticos, políticos, eclesiásticos e físicos, além de ensejar grandes mudanças sociais e econômicas.

Ao tratar do Reino no ensino de Jesus, o autor começa enfatizando a necessidade de se atentar para o contexto da constante mudança da situação histórica, observando-se o que Jesus disse sobre o Reino, bem como o componente temporal de Suas declarações. Nos Evangelhos, o conceito de Reino é muito relevante.

Acerca da relação do ensino de Jesus com o do Antigo Testamento, há quatro abordagens: liberal (apropriação, por Jesus, dos traços morais e sociais veterotestamentários); crítica (apropriação completa das ideias da profecia, seguida de desânimo em assumi-las); “espiritual” (utilização de certos elementos espirituais com descarte ou espiritualização dos aspectos físicos e políticos); e bíblica, a qual, apoiada no farto material das Escrituras, tem por idênticos os conceitos de Reino de Jesus e do Antigo Testamento. Em Seu ministério, Jesus deu crédito total à Lei, aos Profetas e aos Salmos. O Reino ensinado por Jesus possui natureza espiritual e produz efeitos éticos, sociais, eclesiásticos, políticos e físicos (ao refutar a ideia de que o Reino anunciado por Jesus seria apenas “espiritual”, o autor diz que essa tese “seria um novo tipo de dispensacionalismo”, por negar o contínuo Reino espiritual de Deus).

Ao responder a João Batista sobre Sua identidade, Jesus cita o Antigo Testamento, do qual promanam as características do Reino por Ele pressupostas em Seus discursos. O Reino tem um “caráter contingente”, pois o fato de o Reino estar “próximo” decorre da presença do Rei, que é Jesus, e não de um estabelecimento imediato, o qual dependeria do arrependimento da nação de Israel – a rejeição por parte dos judeus está patenteada nos relatos evangélicos. No contexto da rejeição, Jesus emprega parábolas para ilustrar quão distante do entendimento estava o Seu povo, anuncia a edificação da Igreja e assegura uma prorrogação, não um abandono, da chegada do Reino.

Já rejeitado, Jesus comparece a Jerusalém para Sua oferta como o Rei Messiânico, a fim de cumprir o programa profético, mas, antes disso, fornece instruções sobre o período de Sua ausência física. Tanto diante do Sinédrio como diante de Pilatos, Jesus manteve Sua identidade como o Rei Messiânico, recorrendo às Escrituras. Jesus foi rejeitado por Suas exigências espirituais, por negar ao Reino um caráter meramente social e político, por denunciar a religião comum, por acusar as classes dominantes, por se associar a “pecadores” e por Suas reivindicações pessoais elevadas. A mesma multidão que seguira Jesus o rejeitou como Rei quando o contemplou em poder dos romanos.

McClain debruça-se, ainda, sobre o Reino Mediador, agora entre o período de Atos e o Estado Eterno. O autor começa afirmando haver dois erros na interpretação de Atos, a saber, enxergar nele apenas Reino ou apenas Igreja, quando se deve constatar o anúncio do Reino por meio da Igreja nascente com fulcro no material veterotestamentário e apoiado por sinais e maravilhas. O Reino Mediador encontra-se na presente era da Igreja, mas no sentido da constituição do núcleo espiritual do Reino futuro. O autor critica alguns pré-milenistas que deduzem que haveria dois Reinos, um espiritual e outro futuro, mostrando que a pregação evangélica diz respeito, não a um Reino como novidade, mas, sim, à consecução do seu tempo, ao que se denomina “Evangelho do Reino”. Na era do Milênio (literal), o Reino será precedido por eventos escatológicos (ressurreição, trasladação da Igreja, aplicação da justiça divina e aparição do Rei). Depois disso, haverá uma rebelião, o julgamento final e o estabelecimento do Estado Eterno. Cristo, enfim, entregará o Reino ao Pai, com vistas à fusão entre o Reino Histórico e o Reino Eterno, sobre o qual Deus governará.

Após esta reunião de informações acerca do entendimento de McClain sobre o Reino de Deus, é possível assentar algumas ideias que podem estar relacionadas à esperança de Obadias – ainda que evidentemente sua teologia não se expressasse com a mesma terminologia aqui empregada, nem pudesse vislumbrar, àquela altura, todo o repertório de lições decorrentes do completo arcabouço bíblico. Dito isso, importa arrolar algumas premissas básicas:

- (1) o Reino que “será do SENHOR” não é o Reino Universal, mas, sim, o Reino Histórico;
- (2) como os demais profetas israelitas, Obadias aguardava a instauração literal, histórica e gloriosa de um Reino político;
- (3) o Reino Histórico implementaria, com perfeição, as leis determinadas por Deus;
- (4) o Reino contaria com uma extensão territorial superior à do tempo em que Obadias viveu;
- (5) o Reino Histórico abrangerá julgamento de todos os que se levantaram contra o Rei e Seu povo;
- (6) não é hermenêuticamente adequado desprezar a literalidade do texto de Obadias, porque seu texto percorre um caminho de concretização histórica do Reino do Messias, como delineado no Antigo Testamento;
- (7) Esaú e Jacó (ou Edom e Israel) constituem arquétipos atinentes a impiedade e piedade, semente maligna e semente piedosa, mal e bem, filhos da malignidade e filhos de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame do Livro de Obadias, com aplicação do raciocínio indutivo e emprego do método histórico-gramatical, contribui para que se desenvolva a compreensão sobre o Reino de Deus, pois o profeta anuncia que “o reino será do SENHOR” no contexto de predições relacionadas à expansão do território israelita. Não parece haver espaço para interpretações idealistas, haja vista a evidente intenção do autor de designar localizações geográficas e eventos históricos num encadeamento que atrai o Reino de Deus para o ambiente humano. Especulações que se afastam da literalidade podem ser fruto de insatisfação, incompreensão ou resistência do leitor, mas a Bíblia não deve ser interpretada conforme as conveniências de quem a examina.

Como o Livro de Obadias é de pequena extensão, seu estudo panorâmico facilitado permite que o intérprete venha a palmilhar diversos aspectos do profetismo israelita, sendo a esperança do Reino um dos tópicos primordiais. Outros temas de relevo são o conflito cósmico e histórico entre forças espirituais; a escolha graciosa de uma nação para representar os valores divinos, seguida pelo fracasso em cumprir tal desiderato; o “dia do SENHOR”; e o binômio formado por condenação e salvação.

Em que pese a (correta) apologia cristã conservadora da infalibilidade e autoridade das profecias bíblicas, há hipóteses interpretativas que parecem cingir ao passado tais credenciais escriturísticas, porque, embora creiam que, na Primeira Vinda de Cristo, as profecias se cumpriram literalmente, têm dificuldade de acreditar que o mesmo acontecerá na Segunda Vinda, com todos os eventos que a ela são relacionados. Ao intérprete, confere-se a missão de ler, observar, compreender e aplicar as Escrituras, correlacionando texto e contexto, sem que pese sobre os seus ombros a obrigação de esgotar as nuances mais profundas do conteúdo, poder que pertence somente a Deus.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA ANOTADA. Com Introdução, Esboço, Referências Laterais e Notas por Charles Caldwell Ryrie. Tradução de Carlos Oswaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.

ARCHER, Jr, Gleason L. **Merce Confiança o Antigo Testamento?** Tradução de Gordon Chown. 3.ed. São Paulo: Vida Nova, 1984.

BAKER, David Weston el tal. **Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque e Sofonias:** Introdução e Comentário. Tradução de Robinson Malkomes e Márcio Loureiro Redondo. Série Cultura Bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2001. Vol. 23.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA SAGRADA – HARPA CRISTÃ. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, Rio de Janeiro: CPAD, 2009.

BÍBLIA SAGRADA – NOVA VERSÃO TRANSFORMADORA. São Paulo: Mundo Cristão, 2016.

DAVIDSON, F. (edit.). **O Novo Comentário da Bíblia.** São Paulo: Vida Nova, 1963.

HALLEY, Henry Hampton. **Manual Bíblico de Halley:** Nova Versão Internacional. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Acadêmica, 2.002.

KAISER Jr., Walter C. **Teologia do Antigo Testamento.** Tradução de Gordon Chown. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2007.

MCCLAIN, Alva J. **A Grandeza do Reino:** um estudo indutivo do Reino de Deus. Organizado por Valney Veras. Traduzido por Eros Pasquini Jr., Enrico Pasquini. São Paulo: Batista Regular do Brasil, 2022.

RYKEN, Leland. **Formas Literárias da Bíblia.** Tradução de Sandra Salum Marra. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

RYRIE, Charles Caldwell. **Dispensacionalismo.** Tradução de Simone Granconato. São Paulo: Batista Regular do Brasil, 2020.

STAMPS, Donald (Editor-Geral). **Bíblia de Estudo Pentecostal.** Rio de Janeiro: CPAD, 1995.



A Revista Batista Pioneira está licenciada com
uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações -
4.0 Internacional